

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

reconhece-se *não linear* pois assume mais do que um modo de articular elementos. Simultaneamente unos e plurais, porque configurando sistemas distintos, eles entretecem ações, determinações, retroações a múltiplos tempos e espaços, mesmo quando nos surgem com a aparência de um todo.

Crises são lugares privilegiados de conhecimento. Colocam-nos nos abismos e vazios do que (ainda) não está lá. Permitem pensar a ação humana situada em contextos permeados por ordens-constrangimentos e caos-criatividades que emergem da sobrevivência e da resistência à adversidade e à violência. Improvisos e surpresas são, por isso mesmo, dinâmicas radicais da alternativa.

Clara Keating

Capitalismo

É um modo de produção de mercadorias (bens e serviços) que assenta na separação entre o capital, que detém a propriedade dos meios de produção (máquinas, sistemas de gestão e de informação, tecnologias e matérias-primas), e a força de trabalho, que mobiliza esses meios para produzir riqueza. A remuneração da força de trabalho fica sempre aquém do valor que cria, e nessa diferença ou excedente consiste o lucro do empresário e a consequente exploração do trabalhador.

Ao longo dos últimos duzentos anos, boa parte das lutas sociais foi travada para decidir o montante dessa diferença ou excedente. Por maiores que sejam os compromissos capital-trabalho, resta sempre a contradição entre o capital, para quem o trabalho é uma mercadoria que só deve ser usada enquanto necessita dela, e os trabalhadores, para quem a sua força de trabalho não é uma mercadoria como as outras, quer porque é a única que produz riqueza, quer porque é o centro da vida pessoal e familiar do trabalhador, e que por isso não pode ser socialmente descartada só por deixar de ser útil para o capital.

Para além da contradição entre o capital e o trabalho, o capitalismo gera uma contradição entre o capital e a natureza. A natureza é concebida pelo capital como uma fonte potencialmente inesgotável de matérias-primas, um tipo, entre outros, de mercadorias. Acontece que as matérias-primas são uma falsa mercadoria, já que não foram produzidas por trabalho humano, os recursos naturais não são inesgotáveis e a sua exploração acarreta consequências sociais e ambientais extremamente gravosas para as populações e para a natureza.

Onde estão os limites da exploração da força de trabalho e da depredação da natureza? Como esta pergunta faz pouco sentido para o capital, é a sociedade que deve perguntar: quais são os limites do capitalismo? A questão não é tanto a de saber se o capitalismo sobreviverá. É mais a de saber se sobreviveremos ao capitalismo.

Boaventura de Sousa Santos

China

A China é um ator central no contexto da atual crise mundial. Além de ser a segunda principal economia em termos de Produto Interno Bruto (PIB), é o país que mais exporta e aquele que detém maiores reservas em moeda estrangeira e ouro.

Tendo em conta o seu peso económico, a China é parte fundamental no delineamento de estratégias para ultrapassar a crise. Pequim tem-se empenhado, por um lado, em adquirir títulos de dívida soberana de algumas economias europeias e, por outro, em incentivar as suas empresas estatais a investir no estrangeiro. Com efeito, a sua ação tem sido essencial para alimentar as soluções neoliberais de curto prazo definidas pelos Estados-membros da União Europeia. O processo de privatizações em Portugal previsto pelo programa de ajustamento financeiro, que permitiu a entrada da “Three Gorges” no capital da EDP e da “State Grid” na REN, constitui um exemplo disso mesmo.

No entanto, além das estratégias puramente financeiras e economicistas, é fundamental que a China participe do esforço político para encontrar soluções que permitam gerar alternativas e ultrapassar a crise. O seu papel é essencial para a definição de regras justas que regulem a nível global o comércio, a propriedade intelectual e o mercado cambial. A sua disponibilidade para lidar com questões como o dumping social ou a depreciação do *yuan* devem fazer parte deste esforço. Os diálogos que mantém com o Brasil e a Índia, tanto a nível multilateral como a nível bilateral, são exemplos da vontade de Pequim de, juntamente com outros países em processo de desenvolvimento, delinear alternativas a uma crise cuja origem e cujos efeitos se situam principalmente no mundo desenvolvido.

De facto, apesar da crise, a China tem conseguido manter taxas de crescimento económico elevadas. A opção de não seguir à risca a doutrina neoliberal, mantendo uma forte participação do Estado na economia deu ao